

LUÍS MANOEL BORGES DO VALE  
RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA

# LGPD NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



■ Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 01.11.2024

■ Os autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

*Copyright © 2025 by*

**Editora Forense Ltda.**

*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

■ Capa: Aurélio Corrêa

■ **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

---

V243L

Vale, Luís Manoel Borges do

LGPD na administração pública / Luís Manoel Borges do Vale, Rafael  
Carvalho Rezende Oliveira. - 1. ed. - [2. Reimp] - Rio de Janeiro : Forense, 2025.  
232 p. ; 24 cm.

Apêndice

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-3099-573-7

1. Brasil. [Lei geral de proteção de dados pessoais (2018)]. 2. Proteção de dados  
- Legislação - Brasil. 3. Administração pública. 4. Direito administrativo - Brasil. 5.  
Serviço público - Brasil - Concursos. I. Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. II. Título.

24-94551

CDU: 343.45:351.(81)



---

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

# SUMÁRIO

<b>Capítulo 1 – IMPORTÂNCIA, HISTÓRICO E FONTES NORMATIVAS DA PROTEÇÃO DE DADOS</b> .....	1
<b>Capítulo 2 – FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DA LGPD</b> .....	7
2.1. Princípio da boa-fé.....	7
2.2. Princípio da finalidade.....	8
2.3. Princípio da adequação.....	8
2.4. Princípio da necessidade.....	9
2.5. Princípio do livre acesso.....	9
2.6. Princípio da qualidade dos dados.....	10
2.7. Princípio da transparência.....	10
2.8. Princípio da segurança.....	11
2.9. Princípio da prevenção.....	11
2.10. Princípio da não discriminação.....	12
2.11. Princípios da responsabilização e prestação de contas.....	12
<b>Capítulo 3 – CONCEITO DE DADO PESSOAL E ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DA LGPD</b> .....	13
3.1. Conceito de dado pessoal.....	13
3.2. Aplicação da LGPD.....	16
3.3. Inaplicabilidade da LGPD.....	18
3.3.1. Tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.....	18
3.3.2. Tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalísticos, artísticos ou acadêmicos.....	19
3.3.3. Tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais.....	21

3.3.4.	Tratamento de dados pessoais provenientes de fora do território nacional e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na LGPD.....	22
<b>Capítulo 4 – TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....</b>		<b>25</b>
4.1.	Exigências para o tratamento de dados pessoais.....	25
4.1.1.	Consentimento.....	26
4.1.2.	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.....	28
4.1.3.	Tratamento pela Administração Pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV da LGPD.....	28
4.1.4.	Estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.....	28
4.1.5.	Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados.....	29
4.1.6.	Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.....	29
4.1.7.	Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.....	30
4.1.8.	Tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.....	30
4.1.9.	Atendimento dos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.....	30
4.1.10.	Proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente....	31
4.2.	Tratamento de dados pessoais sensíveis.....	32
4.3.	Tratamento de dados de crianças e de adolescentes.....	36
4.4.	Término do tratamento de dados pessoais.....	38
<b>Capítulo 5 – DIREITOS DO TITULAR.....</b>		<b>41</b>
5.1.	Direito à confirmação da existência de tratamento.....	43
5.2.	Direito de acesso aos dados pessoais.....	43
5.3.	Direito à correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.....	44
5.4.	Direito à anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD.....	45
5.5.	Direito à portabilidade.....	46
5.6.	Direito à eliminação de dados pessoais tratados com o consentimento do titular....	47
5.7.	Direito à informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou o uso compartilhado de dados.....	48
5.8.	Direito à informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa.....	48
5.9.	Direito à revogação do consentimento.....	49
5.10.	Direito à revisão e à explicação de decisões automatizadas.....	49

<b>Capítulo 6 – LGPD E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....</b>	51
6.1. Delimitação da aplicação da LGPD à Administração Pública .....	51
6.2. Assimetria de tratamento para empresas estatais que atuam em regime concorrencial e empresas estatais que promovem políticas públicas.....	56
6.3. Tratamento de dados pela Administração Pública.....	61
6.4. Compartilhamento interno e externo de dados pela Administração Pública.....	62
6.5. Responsabilidade e sanções administrativas aplicáveis aos órgãos e entidades públicos no âmbito da LGPD.....	66
6.6. Diálogo entre a LGPD e a LAI.....	69
<b>Capítulo 7 – AGENTES DE TRATAMENTO (CONTROLADOR E OPERADOR) E ENCARREGADO .....</b>	73
<b>Capítulo 8 – SEGURANÇA, BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA.....</b>	81
<b>Capítulo 9 – AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD) .....</b>	89
<b>Capítulo 10 – CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DA PRIVACIDADE .....</b>	95
<b>Capítulo 11 – RESPONSABILIDADE CIVIL E RESSARCIMENTO DE DANOS .....</b>	97
<b>Capítulo 12 – RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA E AS SANÇÕES PREVISTAS NA LGPD.....</b>	101
<b>Capítulo 13 – ASPECTOS PROCESSUAIS DA PROTEÇÃO DE DADOS .....</b>	111
13.1. Considerações gerais.....	111
13.2. Jurisdição nacional e internacional, em matéria de proteção de dados pessoais ...	113
13.3. Delimitação de competência territorial em demandas relacionadas à proteção de dados pessoais, nos casos que envolvam entes públicos .....	115
13.4. Legitimidade ativa e passiva do Poder Público em demandas relacionadas à proteção de dados pessoais .....	120
13.5. Inversão do ônus da prova.....	122
13.6. Tutela inibitória e proteção de dados pessoais .....	123
13.7. Proteção de dados e processos estruturais: o Poder Público na encruzilhada .....	126
<b>Capítulo 14 – INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PROTEÇÃO DE DADOS: DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....</b>	129
14.1. A utilização de soluções de Inteligência Artificial Generativa desenvolvida por agentes privados (ChatGPT, Gemini, Claude e outros) pelos servidores públicos: a proteção de dados pessoais em jogo .....	142
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	145
<b>APÊNDICE .....</b>	151